

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**TRAINING TEACHERS IN THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION**

Thiffanne Pereira dos Santos<sup>1</sup>  
Marlene Barbosa de Freitas Reis<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo consiste em uma revisão teórica sobre a temática da formação docente com vistas ao desenvolvimento de uma Educação Inclusiva nas instituições de ensino regular. Para tanto, apresenta as concepções de inclusão escolar e de trabalho docente numa perspectiva inclusiva ressaltando os princípios vinculados a esse paradigma de educação. O texto ainda apresenta alguns dos documentos legais que norteiam a questão da inclusão e da formação docente voltada para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. As possíveis contribuições de uma prática pedagógica ancorada nos princípios da Educação Inclusiva como meio capaz de promover novas possibilidades de interação, desenvolvimento e aprendizagem aos alunos público-alvo da Educação Especial também serão apresentadas nesse trabalho. Assim, as considerações deste texto giram em torno da reflexão sobre as possibilidades que uma formação docente concernente com a perspectiva da Educação Inclusiva pode trazer para o desenvolvimento de um trabalho educativo que contribua para a efetivação da inclusão escolar como uma proposta ancorada numa educação de qualidade para todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** inclusão; formação docente; prática pedagógica.

**ABSTRACT:** This article consists of a literature review on the topic of teacher education with a view to developing an inclusive education in regular educational institutions. It presents the conceptions of school inclusion and teaching in an inclusive perspective emphasizing the principles linked to this paradigm of education. The text also presents some of the legal documents that govern the issue of inclusion and focused teacher training to the development of Inclusive Education. The possible contributions of a pedagogical practice anchored on the principles of inclusive education as a means able to promote new possibilities for interaction, development and learning to the Special Education target audience Students will also be presented in this work. Thus, considerations of this paper revolve around the reflection about the possibilities that a teacher training concerned with the prospect of Inclusive Education can bring to the development of educational work that contributes to the effectiveness of school inclusion as a anchored proposal in quality education for all.

**KEYWORDS:** inclusion; teacher formation; pedagogical practice.

---

<sup>1</sup> Aluna regular do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). E-mail: thiffanne@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutora em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto, Portugal. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente permanente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias (PPG-IELT) e no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás - Inhumas. E-mail: marlenebfreis@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Neste texto consideramos que a Educação Inclusiva tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio do desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos. Nesse paradigma de educação o respeito as diferenças e as peculiaridades de cada aluno é primordial para a efetivação de uma prática pedagógica que incentive o exercício da alteridade. Contudo, trabalhar nessa perspectiva de educação ainda é um grande desafio para muitos professores devido as demandas que emanam desse processo. Dessa forma, emerge a necessidade de se pensar uma formação docente que ofereça aos professores subsídios para a realização de ações educativas baseadas no respeito às singularidades de cada aluno.

O professor que almeja desenvolver um trabalho voltado para a valorização da diversidade e para a efetivação da inclusão escolar necessita de subsídios que estimulem uma prática inclusiva na qual todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Assim, é essencial uma formação, tanto inicial quanto continuada, que englobe a diversidade presente nos ambientes educacionais, a fim de possibilitar o desenvolvimento de uma práxis que incentive a prática da alteridade e o respeito às diferenças.

A valorização da subjetividade é a marca de uma educação que busca a inclusão de todos os envolvidos no processo educativo. Sendo assim, diante da diversidade presente nas escolas, é preciso reformular as práticas pedagógicas que se desenvolvem a partir da homogeneização e da padronização de comportamentos. O espaço educativo com essas características não promove a igualdade de oportunidades, pelo contrário, legitima estereótipos e modelos hegemônicos, enaltece grupos privilegiados em detrimento de grupos minoritários.

Há inúmeras inquietações sobre as contribuições que uma formação docente voltada para a inclusão escolar pode trazer para os alunos público-alvo da Educação Especial<sup>3</sup>. Sendo assim, pretende-se com esse texto levantar alguns pontos relativos ao tema em discussão, quais sejam: Qual a concepção de inclusão escolar e de trabalho docente ancorados na perspectiva da Educação Inclusiva? O que as bases legais instituem sobre a formação do professor para o trabalho com os alunos público-alvo da Educação Especial? Em que medida a formação docente pode contribuir com a inclusão escolar desses alunos?

---

<sup>3</sup>São considerados alunos público-alvo da Educação Especial os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme especificado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A Educação Especial, de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– Lei nº 9394/96, é a modalidade de educação oferecida a esses educandos preferencialmente na rede regular de ensino.

Essas indagações norteiam e justificam a busca pela reflexão a respeito da relação entre a formação docente e o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva, destacando o papel do professor nesse contexto. Trata-se, nesse caso, da elaboração de outro “olhar” sobre a inclusão escolar e sobre a formação e atuação do professor nesse processo.

## **1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR E TRABALHO DOCENTE**

É fato que as instituições de ensino são, por excelência, espaços privilegiados da diversidade. Sendo assim, o respeito à diversidade constitui o primeiro passo para a conquista de uma educação equitativa e de qualidade com vistas à igualdade de direitos para todos. Nessa perspectiva, é emergente o desenvolvimento de uma educação que aceite as diferenças e as considere como um reflexo da diversidade presente na sociedade. Conforme afirma Libâneo (2001, p. 37), “acolher a diversidade é a primeira referência para a luta dos direitos humanos”. E, para alcançar uma educação nesses parâmetros é necessário que se adotem preceitos inclusivos em todas as fases do processo educativo respeitando as peculiaridades de cada sujeito.

Tal visão do processo educativo reside na perspectiva da Educação Inclusiva na qual se reitera a importância do acesso e da permanência de todos os alunos nas escolas regulares. Contudo, os objetivos dessa perspectiva estão para além desse quesito esse tipo de educação almeja também a equidade de oportunidades defendendo que todos os alunos devem ter as mesmas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. Conforme Rodrigues (2006, p. 303), a Educação Inclusiva “pressupõe uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo”.

De acordo com os princípios da Educação Inclusiva, o processo de inclusão escolar não consiste apenas em garantir que todos os alunos estejam presentes nas instituições de ensino, além disso, é fundamental também que se promovam ações que possibilitem a cada aluno aprimorar suas habilidades e competências. Nessa perspectiva de educação, o foco é o desenvolvimento de uma educação de cunho humanista baseada na igualdade de oportunidades e na promoção de saberes que incitam atitudes de valorização do ser humano e de respeito à diversidade (REIS, 2006). A inclusão, nesse sentido,

é uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. [...]

A inclusão escolar teria o objetivo de colocar as crianças com necessidades especiais em contato com seus pares, o que facilitaria seu desenvolvimento e ensinaria a todo o grupo que é possível conviver com a diversidade, na construção de um mundo melhor (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 233).

Dessa forma, a inclusão “requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados, independentemente de suas diferenças”, conforme pontua Reis (2013, p.80). Incluir não é apenas permitir a presença dos alunos público-alvo da Educação Especial no mesmo ambiente que seus pares. Incluir é propiciar a todos os alunos novas possibilidades de crescer e se desenvolver. É respeitar as diferenças e oferecer tratamento igualitário garantindo a todos as mesmas oportunidades. É conceber a diversidade como um elemento enriquecedor da aprendizagem e do desenvolvimento pessoal.

Neste sentido, para que a inclusão se torne uma realidade é necessário propiciar as mesmas oportunidades para todos aqueles que compõem o ambiente escolar, pois “a inclusão traz consigo o desafio de não só acolhermos os alunos com deficiência, mas de garantirmos condições de acesso e de aprendizagem em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar” (BERSCH, 2013, p.132).

Assim, no processo de inclusão escolar deve-se privilegiar a prática da alteridade evitando a reprodução de um modelo de educação em que predomina a intolerância e a discriminação. A alteridade “é uma abertura que desafia o sujeito a responder em cada nova situação às solicitações concretas do outro” (COSTA; DIEZ, 2012, p. 5). Aqueles que praticam a alteridade e vivenciam os princípios da Educação Inclusiva aprendem a respeitar as diferenças, o ritmo e as necessidades de aprendizagem de cada pessoa. O respeito à diversidade é um avanço na direção de uma Educação Inclusiva de sucesso que oferece novas possibilidades de interação, inclusão e aprendizagem a todos.

A inclusão na perspectiva da Educação Inclusiva se caracteriza como um processo que em primeira instância garante a todos os alunos o direito à convivência em um espaço social tão importante na vida de todo indivíduo: a escola. E em segunda instância, promove novas possibilidades de aprendizagem aos alunos, independentemente de suas peculiaridades. Dessa forma, é essencial que nas instituições de ensino o trabalho desenvolvido seja pautado na heterogeneidade e nas particularidades de cada indivíduo a fim de promover uma educação realmente inclusiva.

Desse modo, entendemos que é necessária a colaboração de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender, em especial, do professor. O docente deve se posicionar como um mediador na trajetória de desenvolvimento de todos os alunos. Para isso, é importante que “não se

acomodem, mas investiguem, pesquisem e se lancem a desafios” (CUNHA, 2012, p. 52), bem como assumam o papel de colaboradores capazes de estimular o crescimento de cada aluno independentemente de suas singularidades. É fundamental que o professor esteja aberto para acolher cada um de seus alunos com suas peculiaridades.

Nesta perspectiva inclusiva, o trabalho docente se configura como uma profissão que exige do profissional uma compreensão ampla da função que desenvolve, do meio em que atua e, principalmente, dos sujeitos com os quais convive. A profissão docente é um trabalho interativo em que “as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a ‘matéria-prima’ do processo do trabalho interativo e o desafio primeiro dos trabalhadores” (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 20, grifo dos autores).

Desse modo, o professor precisa reconhecer que sua função envolve o trabalho com outros sujeitos, dotados de diferentes características, crenças, emoções, concepções e conhecimentos. E exatamente por esse motivo – por terem vivências e características tão distintas – são seres humanos complexos que precisam receber uma educação que abarque diferentes vertentes, quais sejam: a abertura para o diálogo, a convivência com as diferenças; o exercício da humildade; e a flexibilidade para lidar com a incompletude de cada ser humano.

Para trabalhar na perspectiva da Educação Inclusiva, o professor precisa ressignificar suas práticas pedagógicas e abandonar velhos paradigmas de educação. Precisa ainda compreender que faz parte do seu trabalho incitar os alunos a desenvolver relações de solidariedade, respeito, flexibilidade e aceitação. Essa mudança na prática pedagógica e no posicionamento dos professores somente será possível por meio de uma formação que enalteça as diferenças como um aspecto positivo do processo educativo. Nas palavras de Skliar (2006, p. 32), “uma formação orientada a fazer que os professores possam conversar [...] com a alteridade e, também, a possibilitar a conversação dos outros entre si”.

Nesse sentido, para alcançar uma educação realmente inclusiva é fundamental que o trabalho docente seja pautado em uma formação – seja ela inicial ou continuada – pensada com vistas à valorização da diversidade presente nas salas de aulas. Para tanto, é essencial que haja mais investimento na formação docente possibilitando a eles a realização de seu trabalho de acordo com esse modelo de educação. A formação será um dos subsídios essenciais para que o trabalho docente seja desenvolvido com base no respeito às peculiaridades de cada pessoa, seja ela (ou não) um aluno público-alvo da Educação Especial.

## **2. A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS LEGAIS**

Com a definição do conceito de inclusão de acordo com os preceitos da Educação Inclusiva, a partir da década de 1980, surgiram inúmeros movimentos com o objetivo de assegurar o acesso de todos os alunos às instituições de ensino regular. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, representou um grande avanço na temática da inclusão ao definir a educação como direito de todos e dever do poder público.

Por preceito constitucional, desde 1988 é assegurado a todos os alunos o direito ao acesso, à permanência e à participação nos níveis básicos e superior de ensino. Esse direito traz em si a semente da mudança de que a nossa educação necessita para conquistar patamares cada vez mais elevados de qualidade. (MANTOAN, 2014, p. 7).

Além do direito ao acesso e à permanência de todos na escola, outro fator importante estabelecido na Constituição se refere ao dever do Estado em garantir apoio educacional especializado nas instituições de ensino regular para os alunos público-alvo da Educação Especial. Segundo Menezes (2012, p. 22, grifos da autora), o artigo 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988, “estabelece que o atendimento educacional especializado ‘aos portadores de deficiências’ deve se dar ‘preferencialmente na rede regular de ensino’”. É possível perceber pelo disposto na Constituição de 1988 que os alunos público-alvo da Educação Especial passam a ter garantidos os direitos de ingressar no sistema educacional comum e de ter o apoio necessário para atender as suas particularidades.

Ademais com a Constituição de 1988 “os Estados, como entes federados, passam a adotar a educação especial por meio de suas próprias secretarias de Educação, incorporando seus princípios no ensino regular público” (REIS, 2013, p.113). Tal situação vai demandar uma reconfiguração do sistema educacional, assim como exigirá que as instituições de ensino e os professores estejam preparados para receber cada aluno com suas singularidades.

Diante dessa nova realidade, emerge a necessidade de uma formação docente que consiga abranger as demandas que procedem da inclusão escolar. Conforme afirma Martins (2011, p.53), para superar as barreiras relacionadas a inclusão “é importante que todos os professores tenham conhecimento sobre as necessidades especiais dos seus alunos, sobre como lidar com eles, como organizar o ensino e o currículo de maneira a atender as necessidades de todos”.

Dessa forma, a formação docente com vistas a Educação Inclusiva ganha ênfase e passa a ser um dos aspectos abordados nos documentos normativos que buscam assegurar aos alunos público-alvo da Educação Especial uma educação realmente equitativa e de qualidade. Entre esses dispositivos legais destacam-se a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96, as Diretrizes Curriculares para a Formação de

Professores da Educação Básica (2002), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014). Esses documentos foram elaborados com base no princípio de que a educação é um direito de todos e estabelecem, entre outros aspectos, metas necessárias para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva.

Sobre a formação docente, a Declaração de Salamanca define que os governos devem garantir que os “programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p.2). Assim, a declaração ressalta a importância de que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, aborde aspectos relacionados aos preceitos da Educação Inclusiva, haja vista que a inclusão escolar é um direito de todos. O documento reforça a tese de que a formação adequada dos professores seria mais um aspecto positivo na busca pela efetivação da inclusão escolar.

Já a LDB, em seu capítulo V, art. 59, inciso III, assegura aos alunos público-alvo da Educação Especial o direito a “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento educacional especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 34). A lei enfatiza a importância de uma formação docente de qualidade como um elemento primordial na composição do processo de inclusão escolar, sendo a oferta dessa formação de responsabilidade dos sistemas de ensino.

Nessa lei fica evidente que é obrigação do Estado oportunizar aos docentes uma formação que aborde aspectos relacionados a Educação Inclusiva com vistas a assegurar o direito dos alunos público-alvo da Educação Especial a uma educação que possibilite sua permanência, interação e desenvolvimento dentro das instituições de ensino regular.

As Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) estabelecem que as instituições de ensino superior ao definirem o conjunto de competências oferecidas aos seus educandos devem levar em consideração aspectos que contemplem a diversidade. Para tanto, a formação ofertada deve contemplar conhecimentos sobre as peculiaridades dos alunos com necessidades educativas especiais. De acordo com as diretrizes, a questão da diversidade deve ser abordada em todos os cursos de licenciatura, de graduação plena.

A abordagem da temática da diversidade nos cursos de licenciatura pode representar um grande avanço no que se refere a adequada formação do docente, haja vista que esse profissional teria contato com conhecimentos importantes para o desenvolvimento de uma prática inclusiva logo em sua formação inicial. Tal situação, reduziria as dificuldades desse professor ao lidar com os desafios que advêm do processo de inclusão escolar.

É consenso a importância de que os cursos de graduação, sobretudo os de formação de professores, incluam conteúdos e disciplinas na área das necessidades educacionais especiais em suas matrizes curriculares, mesmo que isso, por si só, não garanta a qualidade profissional dos futuros professores, nem a inclusão escolar dos que apresentam necessidades educacionais especiais. Entretanto, a inexistência de espaços no currículo para se abordar essa temática é mais agravante, para não se concretizar uma Educação Inclusiva a esse alunado (FREITAS; MOREIRA, 2011, p.70).

Dessa forma, fica notória a relevância de uma formação inicial que contribua para que o professor desenvolva um trabalho coerente que atenda aos preceitos da Educação Inclusiva colaborando, assim, para a efetivação da inclusão escolar.

Reforçando o que foi estabelecido pela LDB, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, reitera o dever dos sistemas de ensino de garantir a “formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2008, p. 10). A formação docente, nesse documento, é apontada como um dos elementos que deve ser aprimorado para que os sistemas de ensino promovam respostas às necessidades educativas especiais dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares.

O Plano Nacional de Educação (2014), na meta quatro, tem como finalidade universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos público-alvo da Educação Especial. O documento estabelece como uma das estratégias para atingir a meta quatro o incentivo a inserção nos cursos de formação inicial e continuada para professores, entre eles os cursos de pós-graduação, de aportes teóricos relacionados ao atendimento educacional desses alunos. Um aspecto importante abordado nessa estratégia se refere ao destaque dado aos cursos de pós-graduação, firmando a necessidade de que a questão da diversidade seja abordada em todos os níveis da formação docente.

Fica evidente pelo apresentado nos documentos que a formação docente com vistas à Educação Inclusiva é um dever do Estado cabendo ao poder público garantir a oferta de cursos que englobem essa temática. Sendo assim, os sistemas de ensino não podem se eximir da responsabilidade de garantir aos alunos público-alvo da Educação Especial o direito de ter professores com formação adequada, seja ela inicial ou continuada, para trabalhar na perspectiva da Educação Inclusiva. Sobre a formação continuada do professor, Prieto (2006) afirma que

deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as

características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (PRIETO, 2006, p. 57).

Dessa forma, é notório que uma formação docente direcionada à inclusão escolar é essencial e deve ser assegurada pelo Estado por meio da efetivação das políticas públicas a fim de contribuir para a construção de uma educação realmente inclusiva. No entanto, ainda há muito que se conquistar para que a formação docente seja realmente de qualidade e aborde questões contemporâneas como a diversidade de maneira satisfatória. A esse respeito, Dorziat (2011, p. 150) afirma que os cursos de formação docente inicial e continuada “mesmo quando buscam integrar o debate da inclusão, apresenta-o como apêndice em disciplinas isoladas e desconectadas de uma visão epistemológica de Educação, tratadas no curso como um todo”.

Para que haja uma formação docente que atenda aos princípios da Educação Inclusiva é fundamental que a diversidade receba a devida atenção nos cursos destinados aos professores. Mais do que acrescentar a temática nos currículos dos cursos para atender aos aspectos legais é primordial que seja oferecida aos professores a oportunidade de debater, refletir e aprender sobre o assunto em questão. Por fim, é preciso que nos cursos de formação docente exista abertura para repensar a temática e construir novas possibilidades para se trabalhar com as diferenças dentro das salas de aula.

### **3 A FORMAÇÃO DOCENTE COM FOCO EM UMA PRÁTICA INCLUSIVA**

A atividade docente tem papel fundamental em todos os aspectos que permeiam o processo educativo. Dada essa importância, vários questionamentos recaem sobre o estigma da formação dos professores, principalmente no que se refere à formação na área da Educação Inclusiva. A preocupação com a formação de professores “aparece como uma questão importante na sociedade, em razão das demandas e das pressões de variados grupos sociais, considerando os novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 3). Nesse contexto, a inclusão escolar se configura como uma nova demanda para o trabalho e a formação docente e por isso suscita tantas indagações.

As incertezas que envolvem a formação docente para uma Educação Inclusiva problematizam aspectos que vão desde a identidade dos professores que participam dos cursos de formação até a definição de políticas voltadas para a formação nessa área. De um lado a discussão versa sobre a habilidade dos professores para trabalhar com todos os alunos independentemente de suas especificidades. Do outro, os próprios professores questionam a falta de preparo e de

formação específica para lidar com o processo de inclusão escolar. Tais inquietações colocam em evidência a importância de uma formação docente voltada para o processo da inclusão escolar.

Assim, para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva, dentre outros fatores, é preciso que o professor esteja apto para planejar estratégias e ações que viabilizem o aprimoramento das habilidades de todos os alunos. Para tal, a formação do professor deve contemplar a valorização da diversidade, a construção de uma nova visão de educação, a flexibilização das práticas pedagógicas, a competência para trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais e a habilidade de reconhecer as necessidades educativas de cada aluno. De acordo com Figueiredo,

[...] a formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando à inclusão de todos os alunos [...] precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder as demandas do nosso século (FIGUEIREDO, 2013, p. 141).

A formação destinada ao professor deve contribuir para atender às demandas que decorrem do processo de inclusão escolar e, conseqüentemente, para esclarecer questões relacionadas à prática pedagógica. Precisa, ainda, abordar pontos sobre o que fazer e como desenvolver estratégias que respeitem as peculiaridades de cada estudante, pois o trabalho *na* e *para* a diversidade é um aspecto indispensável e essencial quando se trata de educação. Para Dorziat,

é necessário que os cursos ou projetos de formação inicial ou continuada [...] desenvolvam um olhar mais atento que supere os binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/escola especial, numa nova lógica de valorização das diferenças e do questionamento da globalização hegemônica, visando a construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo. (DORZIAT, 2011, p. 155)

Os professores, durante a formação, precisam perceber que respeitar as diferenças não significa pensar que todos são iguais; ao contrário, significa aceitar a singularidade de cada indivíduo, respeitando-o nas suas diferenças. Partindo da concepção de “docência como práxis produtora de conhecimentos, como uma prática complexa e transdisciplinar”, os professores devem compreender que “a aprendizagem se constrói de maneira cooperativa, dentro de um grupo com vida própria, com interesses, necessidades e exigências que vão formando uma cultura particular” (SOUSA, 2012, p. 161). Sendo assim, devem aceitar que em cada grupo com o qual irá

trabalhar haverá indivíduos com diferentes ritmos, habilidades, dificuldades, crenças, culturas, entre outras especificidades.

Abordar a temática da inclusão escolar nas formações direcionadas aos docentes é primordial para que o professor possa conhecer e refletir sobre os princípios da Educação Inclusiva, bem como reconhecer que caberá a ele trabalhar com as peculiaridades de cada aluno presente nas salas de aula. O trabalho docente baseado nessa perspectiva de formação traz benefícios para todos os alunos. Para os alunos sem alguma deficiência específica, contribui para o reconhecimento da importância do respeito às diferenças, da valorização da diversidade, da prática da alteridade, além de incentivar atitudes de respeito e solidariedade. Já para os alunos público-alvo da Educação Especial contribui para a ampliação de suas habilidades, motivando-os a permanecerem na escola e a aprimorarem as relações interpessoais com seus pares.

Outra conquista alcançada por meio de uma formação que aborde a temática da inclusão escolar diz respeito ao aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica do professor. Com base nos conhecimentos adquiridos no momento da formação, o professor poderá delinear e desenvolver ações voltadas para a aprendizagem de todos os alunos, entre eles os alunos público-alvo da Educação Especial.

A formação docente ancorada nos princípios da Educação Inclusiva pode colaborar para a efetivação da inclusão escolar ao possibilitar aos alunos público-alvo da Educação Especial reais oportunidades de desenvolvimento por meio da valorização de suas capacidades, do incentivo à construção de novas habilidades e de práticas pedagógicas diversificadas e reflexivas que consideram as especificidades de cada aluno.

Vários fatores interferem na questão da adequada formação do docente desde o interesse do professor em se capacitar até a pequena oferta por parte dos sistemas de ensino de cursos de formação para a área da Educação Inclusiva. É essencial que os professores se mostrem abertos para novas formações, mas, em contrapartida, é preciso que se disponibilizem cursos de formação para esses professores. À medida que ampliam seus conhecimentos os docentes podem realizar um trabalho pedagógico com vista a efetivação da Educação Inclusiva.

Desse modo, os sistemas de ensino devem estabelecer políticas voltadas para a formação adequada dos professores e investir na implementação delas, a fim de assegurar a inclusão de todos os alunos nas instituições de ensino regular. Conforme destaca Mantoan (2003, p. 60), é fundamental “formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulos para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”.

É emergente que se crie mecanismos para promover a adequada formação dos professores com o objetivo de ajudá-los a desenvolver um trabalho coerente com a visão da Educação

Inclusiva. A formação trará ao professor o suporte necessário para realizar um trabalho mais eficaz com os alunos público-alvo da Educação Especial, bem como servirá de apoio ao professor para minimizar os vários desafios que o processo de inclusão ainda traz para a atividade docente.

Cabe esclarecer que a formação docente não é a solução para todos os questionamentos e desafios oriundos da inclusão escolar. Ela também não será a única responsável para a efetivação plena do processo de inclusão, já que muitas outras vertentes – como a questão da estrutura física das escolas e o número excessivo de alunos por sala – estão envolvidas nesse processo e não só a atuação do professor. Contudo, certamente uma adequada formação contribuirá significativamente para que o professor desenvolva uma prática pedagógica que respeite a diversidade presente no contexto educacional e que estimule todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades, à aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cada dia cresce a necessidade de se promover uma educação pautada no respeito às diferenças, de tal maneira que a diversidade seja vista como uma premissa para o diálogo e reflexão e não para a exclusão. Diante dessa realidade, é primordial que a formação docente ofereça o suporte necessário para que o professor consiga lidar com a multiplicidade de culturas, valores e características presentes em todo e qualquer ambiente escolar.

É notório que o professor enfrenta inúmeros desafios no que se refere à inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial. A falta de formação específica, de recursos pedagógicos, de estrutura adequada, de apoio especializado, de preparo para a utilização de metodologias diferenciadas de ensino, entre outros, constituem barreiras a ser superadas pelos professores.

No entanto, esses obstáculos não devem constituir motivos para que os professores reproduzam um modelo de educação excludente, alheio às diferenças. Frente à diversidade presente nas instituições de ensino, o professor deve buscar formas de superar esses desafios, pois tais dificuldades ficam reduzidas diante dos benefícios que uma Educação Inclusiva pode trazer para todos os alunos.

Diante dessa perspectiva, é necessária uma formação docente com foco na construção de diferentes estratégias a serem utilizadas no processo ensino-aprendizagem para a promoção de ações que aprimorem o desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial. Os professores carecem de uma formação adequada voltada para o trabalho coerente e de qualidade diante da diversidade.

As ponderações realizadas evidenciam que a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma Educação Inclusiva não é apenas do professor, apesar de o papel do docente ser fundamental nesse processo. Ao contrário, para alcançar o sucesso na inclusão escolar é preciso um conjunto de ações. Entre elas, a implementação pela União, Estados e Municípios de políticas públicas com vistas à formação docente a fim de auxiliar esses profissionais no atendimento das demandas que procedem da inclusão escolar. E para além da instituição dessas políticas é fundamental que se garanta a efetividade do que elas propõem.

Por fim, uma formação docente que relacione a prática da alteridade e o respeito as diferenças é essencial para aprimorar o trabalho do professor no desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. Nesse sentido, a formação trará aos professores os subsídios necessários para a realização de um trabalho mais eficaz no que concerne a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial. Contribuirá, também, para minimizar os vários desafios que permeiam a atividade docente quando se fala em inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado: conceitos que apoiam a inclusão escolar de alunos com deficiência. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. MEC. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 27 jan. de 2016.

BRASIL. MEC/SECADI. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

COSTA, Wanderleia Dalla.; DIEZ, Carmen Lucia Fornari. *A relação do eu-outro na educação: abertura a alteridade*. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DORZIAT, Ana. A formação de professores e a educação inclusiva: desafios contemporâneos. In: CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). *Professores e educação especial: formação em foco*. 2 v. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREITAS, Soraia. Napoleão; MOREIRA, Laura Ceratta. A universidade frente à formação inicial na perspectiva da inclusão. In: CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). *Professores e educação especial: formação em foco*. 1 v. Porto Alegre: Mediação, 2011.

GATTI, Bernardete Angelina.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

LIBÂNEO, José. Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Qualidade e inclusão no Ensino Médio. *Pátio*. Porto Alegre: Grupo A Educação: ano VI, n. 22, p. 6-9, set./nov. 2014.

MARTINS, Lúcia Araújo Ramos A visão de licenciandos sobre a formação inicial com vistas à atuação com a diversidade dos alunos. In: CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). *Professores e educação especial: formação em foco*. 1 v. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha. *Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?*. 160f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PRIETO, Rosângela Gavioli Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valeria Amorim (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. *Educação inclusiva: limites e perspectivas*. Goiânia: Deescubra, 2006.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. *Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível*. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. *Mundo singular*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUSA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro. Formação de professores: tempos de vida, tempos de aprendizagem. In: MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira (Org.). *Formação de professores: elos da dimensão complexa e transdisciplinar*. Goiânia, Editora da PUC Goiás, Liber Livro Editora, 2012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. (org.). *O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2016.